

**PORTARIA Nº 1002/2020**

Dispõe sobre exoneração e nomeação de cargo de provimento em comissão.

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso vii, da lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

**CONSIDERANDO** a disciplina do art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, que dispõe que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, **ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração**;

**CONSIDERANDO** as declarações e demais informações constantes do Processo Administrativo nº 8507254-82.2020.8.06.0001,

**RESOLVE:**

Art. 1º - **Exonerar**, a partir de 14 de julho de 2020, **MARTON CARVALHO RAMOS**, matrícula nº 1702, do cargo em comissão de Direção e Assessoria Estratégica de Assistente, símbolo DAE-4, da 8ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza, unidade de entrância final, e **nomear** FERNANDO BRASIL RAMOS para o referido cargo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, Fortaleza, em 28 de julho de 2020.

**Desembargador Washington Luis Bezerra de Araújo**

Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

**PORTARIA Nº 1003/2020**

Dispõe sobre cessação de disposição e lotação de servidor.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará no uso das atribuições que lhe confere o art. 6, inciso VII da Lei Estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

**CONSIDERANDO** as anuências expressas das chefias imediatas e demais informações constantes dos Processos Administrativos nºs 8504709-42.2020.8.06.0000 e 8505562-51.2020.8.06.0000;

**RESOLVE:**

Art. 1º. **Cessar** a disposição do servidor FRANCISCO NEUTON BRAGA VIANA, Auxiliar Judiciário, matrícula 582, para a Comarca de Fortaleza e, conseqüentemente, lotá-lo na Coordenadoria de Pós Sentença Criminal, da Secretaria Judiciária de 1ª Grau.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, Fortaleza, em 29 de julho de 2020.

**Desembargador Washington Luís Bezerra de Araújo**

Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

**PORTARIA Nº 1004/2020**

Dispõe sobre exoneração e nomeação de cargo de provimento em comissão.

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso vii, da lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

**CONSIDERANDO** a disciplina do art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, que dispõe que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, **ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração**;

**CONSIDERANDO** as declarações e demais informações constantes do Processo Administrativo nº 8507720-76.2020.8.06.0001,

**RESOLVE:**

Art. 1º – **Exonerar** Raquel Barbosa de Oliveira, Analista Judiciária, matrícula nº 8847, do cargo em comissão de Direção e Assistência Judiciária de Supervisor, símbolo DAJ-3, com lotação na 8ª Vara da Fazenda Pública, unidade de entrância final, e nomear AMANDA KÉSIA MONTEIRO COSTA para o referido citado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, Fortaleza, em 29 de julho de 2020.

**Desembargador Washington Luis Bezerra de Araújo**

Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará